



O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?

Simone Silva Ferreira Costa

UNEB

coordenacaoestacoesdosaber@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar, através de estudos e pesquisas, o ensino da leitura e da escrita dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com especial atenção aos dois primeiros anos. Parte-se da premissa de que alfabetizar representa não apenas o início do percurso educacional, mas também um alicerce imprescindível para a formação integral do sujeito. A investigação ancorou-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em políticas públicas voltadas à garantia do direito à alfabetização, destacando-se, nesse contexto, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Para o desenvolvimento do estudo, adotamos a análise documental de abordagem qualitativa, com a seleção criteriosa de artigos científicos publicados no período de 2023 a 2025. Os achados evidenciam que, apesar das diretrizes normativas e da vasta produção teórica, os desafios que permeiam a consolidação das competências leitoras e escritoras permanecem numerosos. Entre os fatores que comprometem esse processo, destacamos a persistente desigualdade social, as fragilidades na formação docente e a descontinuidade das políticas educacionais. Ressaltamos, ainda, a importância das práticas pedagógicas intencionais, do envolvimento da família e da utilização de estratégias didáticas, como a contação de histórias e o uso de materiais ilustrativos, que contribuem para o desenvolvimento pleno da alfabetização. Concluimos que a aprendizagem da leitura e da escrita deve ser compreendida para além da decodificação mecânica de palavras, assumindo sua dimensão social, crítica e transformadora.

Palavras-chave: Proficiências leitora e escritora; anos iniciais do ensino fundamental e alfabetização.

A alfabetização é um processo de aprendizagem da leitura e escrita que deve acontecer ao final do 2º ano entre a faixa etária de sete ou oito anos de idade, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O ato de alfabetizar possibilita ao indivíduo desenvolver, fluentemente, a língua materna para que possa transmitir códigos,



signos e significados que facilitem a comunicação social e escrita. Entretanto, a realidade é bastante divergente do que propõem as normativas educacionais.

Há um quantitativo gritante de crianças que não alcançaram a proficiência leitora adequada. No ano de 2019, segundo o INEP, os alunos encontravam-se mais preparados para dar continuidade aos estudos, com 55% alcançando a proficiência leitora esperada. Já em 2021, houve uma queda significativa nesse indicador, consequência direta da pandemia de Covid-19: apenas 36% dos estudantes apresentaram nível básico de proficiência. Em 2023, os dados despontam uma leve recuperação, mas ainda assim 49% dos alunos permanecem com nível de aprendizagem considerado básico (INEP, 2022).

Conforme apontado pelo INEP (2022), os dados confirmam a persistência de desafios no processo de alfabetização, especialmente, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Tais resultados evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas contínuas e eficazes, voltadas à garantia do direito à alfabetização com qualidade.

Diante desse cenário, emergem questionamentos que precisam ser discutidos: Por que tantas crianças ainda não conseguem ser alfabetizadas na idade adequada? Quais são os prejuízos que o analfabetismo impõe à infância? Quem são esses meninos e meninas que, mesmo frequentando a escola, não conseguem ler e escrever convencionalmente? Onde vivem? Qual é o papel da família nesse processo? Essas perguntas não apenas interpelam o sistema educacional, mas também nos convocam, como sociedade, a refletirmos sobre as disparidades estruturais que afetam o direito à educação/escolarização.

Nessa direção, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Art. 22, a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (Brasil, 2017).

Nesse sentido, o processo de alfabetização configura-se como etapa fundamental no desenvolvimento da criança e na garantia de seus direitos sociais. Durante essa fase, o sujeito aprende o alfabeto, desenvolve a coordenação motora fina, forma sílaba e começa a técnica de decodificação das palavras e de frases curtas. Assim, garantir esse processo até o segundo ano do Ensino Fundamental é assegurar o direito básico de aprender a ler e escrever.



Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. (Brasil, 2017, p. 89). O Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada- política pública criada no ano de 2023 com a intenção de diagnosticar os métodos de alfabetização através de plataformas com avaliações formativas, busca uma alternativa para o progresso nas habilidades de leitura e escrita, bem como na alfabetização. Diante desse cenário, refletimos com algumas indagações imprescindíveis: quais estratégias seriam realmente eficazes para amenizar a situação atual de tantos alunos e alunas que ainda permanecem em condição de analfabetismo?

É fundamental assegurar a compreensão da língua, a fluência na leitura, a escrita legível, o reconhecimento de letras, sílabas e palavras, assim como a relação entre sons e grafias. Além disso, é imprescindível estimular o desenvolvimento do vocabulário, a compreensão leitora e a capacidade de interpretar textos curtos desde os primeiros anos escolares.

Como ressalta Soares (2016, p. 18), “alfabetizar é ensinar o sistema alfabético de escrita e as relações fonema-grafema, mas também é ensinar a ler e a escrever com sentido, com função social e com compreensão”.

Apreciando essa definição estendida de alfabetização, pensamos como enfrentar o analfabetismo que ainda atinge diversas regiões do país, afetando, especialmente, os sujeitos historicamente, mais vulnerabilizados? Em vista dessas desigualdades no processo de alfabetização, a BNCC estabelece habilidades específicas para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

No segundo ano, Língua Portuguesa (EF02LP26), por exemplo, espera-se que o aluno/a seja capaz de: Ler e compreender, com certa autonomia, textos literários, de gêneros variados, desenvolvendo o gosto pela leitura. (BNCC, 2017, p. 111). Todavia, ainda que essa seja uma expectativa prevista nas regras educacionais, a realidade apresenta inúmeras provocações. Muitos estudantes chegam aos anos finais do Ensino Fundamental com grandes dificuldades de aprendizagem, principalmente, em leitura e escrita. De acordo com os dados do SAEB 2023, a nota padronizada geral nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática



foram de 51%, sendo que a média de proficiência em Língua Portuguesa correspondeu a apenas 25,4%.

Fazendo um recorte temporal do ano de 2019, tomando esse ano como um período pandêmico, essa média havia alcançado 255,68 pontos em Língua Portuguesa, o que revela uma oscilação preocupante. No que se refere ao fluxo escolar no ano de 2023, segundo a fonte Saeb e Fundeb – Inep, o maior percentual de conclusão nos anos finais do Ensino Fundamental foi de 94,4%, o que sinaliza avanços importantes no que diz respeito ao acesso e à permanência escolar, embora não represente, necessariamente, melhorias nos níveis de aprendizagem. Em relação aos grupos sociais, os dados apontam para desigualdades persistentes no que tange à equidade educacional. Ainda segundo a fonte, nos anos iniciais, o índice de equidade entre estudantes de baixo nível socioeconômico (NSE) foi de 45%, enquanto entre os de alto NSE foi de 61%. No recorte étnico-racial, os índices foram de 41% entre estudantes pretos, 63% entre brancos e 45% entre indígenas.

Diante de todas essas adversidades mencionadas, ainda temos pretensão de que os alunos/as desenvolvam a capacidade de compreensão e interpretação de textos, saibam se posicionar diante das informações lidas, formulem perguntas e respostas coerentes e dominem diferentes formas de comunicação e linguagens. A habilidade EF01LP02 prevê: “Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética – usando letras/grafemas que representem fonemas”. (Brasil, 2017, p.99).

Assim sendo, este estudo tem como objetivo analisar, através de estudos e pesquisas, o ensino da leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com especial atenção aos dois primeiros anos. Primeiramente, serão apresentados definições e posicionamentos teóricos acerca da temática. Em seguida, traremos uma análise dos resultados das pesquisas de leitura e da escrita. Logo, será elaborada uma tessitura dos temas abordados que se desdobram nas proficiências leitora e escritora, bem como na alfabetização, destacando as convergências e divergências desse movimento.

Portanto, as práticas voltadas ao desenvolvimento das proficiências básicas- leitura e escrita- devem ser, cuidadosamente, planejadas e estruturadas desde a educação infantil, estendendo-se até os anos finais. Práticas pedagógicas eficazes são essenciais para



estimular o hábito da leitura, o domínio da escrita e a compreensão textual contribuindo para o sucesso estudantil e social do/a aluno/a.

A metodologia adotada neste estudo baseia-se na pesquisa qualitativa e na análise documental, considerando sua relevância para o aprofundamento da pesquisa. Para isso, foram seguidas as etapas propostas por Morosini (2015), que, diferente de Bardin (2016), coloca a leitura flutuante como a primeira etapa do processo metodológico. Iniciamos com a bibliografia anotada, que consistiu na seleção de artigos científicos por meio de descritores previamente definidos. Pois compreendemos que para a realização de uma pesquisa deste tipo, é necessário, como toda boa investigação científica, ter clareza do objetivo e do percurso metodológico a ser percorrido (Booth, Colomb, Williams, 2000; Creswell, 2014).

Posteriormente, utilizamos a bibliografia sistematizada, a partir da chamada leitura flutuante- momento em que fizemos a leitura dos resumos, a seleção cuidadosa dos textos e, após, o aprofundamento nas pesquisas selecionadas. Optamos por não utilizar a bibliografia categorizada, já que o trabalho foi, exclusivamente, com artigos científicos, sem inclusão de dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Para além dessa categorização, os artigos selecionados para a análise e estudo foram do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES. Inicialmente, inserimos os descritores combinados pelo operador booleano AND, como exemplificado na seguinte busca: Ensino AND leitura AND escrita AND anos iniciais, a qual retornou 281 resultados. Não realizamos a leitura exaustiva de todos os títulos para verificarmos a sua aderência ao tema, sendo a busca, posteriormente, filtrada e com acréscimo de aspas nas palavras e termo: “Ensino” AND “leitura” AND “escrita” AND “anos iniciais”.

Vale destacar que os descritores foram escolhidos com base em critérios definidos, pois constituem um recorte do anteprojeto de pesquisa que direciona este estudo. A seguir, apresentamos o quadro 1 com os critérios de inclusão e exclusão com os descritores usados:

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Publicações a partir do ano de 2023	Artigos não revisados por pares



Artigos que articulam proficiências de leitura e escrita nos anos iniciais	Textos com enfoque em proficiências que incluíam o letramento na matemática
Publicações com acesso aberto	Publicações com acesso restrito
Artigos de autoria nacional	Artigos de autoria internacional

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base nos critérios definidos para a seleção das informações da análise.

Conforme previamente discutido, delimitamos um recorte temporal compreendido entre os anos de 2023 a 2025. A escolha do ano de 2023 foi determinada, por representar o marco de criação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, programa instituído pelo Governo Federal com a finalidade de assegurar a alfabetização de crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental – anos iniciais.

A pesquisa prosseguiu com a leitura dos títulos e resumos dos artigos selecionados. Nesse sentido, Motta-Roth e Rengers (2010, p. 153) afirmam que “o resumo tem o objetivo de sumarizar, indicar e predizer, em um parágrafo curto, o conteúdo e a estrutura do texto integral que segue”. Assim, a leitura dos resumos mostrou-se uma etapa fundamental, pois fornece um primeiro aporte teórico e permite visualizar, de forma sintética, a estrutura e o desenvolvimento do conteúdo do artigo.

Na etapa seguinte, selecionamos “Ensino” AND “leitura” AND “escrita” AND “anos iniciais” com acesso aberto, os artigos como tipo de recurso, produção nacional, com revisão de pares, artigos nas áreas de ciências humanas, o idioma em português e todos os editores que estavam disponíveis no portal. Após esse filtro, os artigos foram reduzidos para 14 resultados. Por conseguinte, foram descartados dez artigos, visto que não corroboravam com o objetivo da pesquisa e selecionados quatro, que atenderam aos critérios, previamente, estabelecidos e revelaram alinhamento metodológico e teórico com os desígnios da investigação.

Quadro 2 - Produções selecionadas conforme os critérios de inclusão

Autor/a	Título	Ano	Tipo	Base de dados
----------------	---------------	------------	-------------	----------------------

Anne Emanuelle de Oliveira da Silva; Adriano Christian Reis dos Santos; Renata Alves do Nascimento Moraes	A Construção da Leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental	2024	Artigo científico	Portal de Periódicos da CAPES
Mirian Hisa e Yaegashi Zappone; Thais Fernanda de Sousa; Isabelly Oliveira Fernandes de Sousa	Contaçon de Histórias: Contribuições da Leitura de Textos Literários para o Letramento	2024	Artigo científico	Portal de Periódicos da CAPES
Maria Gabriela de Souza Neto; Débora Benício Alves Oliveira	Práticas de Leitura e Escrita na Educação Infantil	2023	Artigo científico	Portal de Periódicos da CAPES
Renata Henrique Petreça; Ana Chrystina de Souza Crippa; Ana Paula Dassie-Leite	Habilidades Predictoras da Leitura e Escrita em Escolares do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental I	2023	Artigo científico	Portal de Periódicos da CAPES

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base nos dados coletados no Portal de Periódicos da CAPES.

Subsequentemente, após a seleção e aprofundamento na leitura das produções, observamos as discussões sobre a alfabetização nos anos iniciais que não se adequavam ao desígnio da investigação. Em vista disso, reduzimos o número de 14 produções para 04 produções que atendem, plenamente, a intencionalidade deste estudo que é analisar e o ensino da leitura e da escrita nos anos iniciais, e apenas as produções acima se assemelhavam com o propósito do tema.

Como apresentado no Quadro 2, as produções científicas incluídas nesta pesquisa restringem-se a artigos de autoria nacional, por se compreender que tal delimitação assegura maior conformidade com a realidade educacional brasileira, objeto principal deste esboço. A escolha por publicações nacionais visa aprofundar a análise no âmbito das políticas públicas, diretrizes curriculares e práticas pedagógicas específicas do contexto nacional.

Conforme orienta Bardin (2016, p. 96), “a metodologia não é medida pela nomeação do tipo de pesquisa, mas pela descrição clara e pormenorizada do caminho seguido pelo pesquisador para alcançar os objetivos e pela justificativa das opções feitas neste caminho”.



Desse modo, a seleção das fontes reflete um compromisso metodológico rigoroso, essencial para a construção interpretativa desta pesquisa.

Segundo Soares (2021), a alfabetização se constitui como um pilar fundamental no desenvolvimento da criança e na garantia de seus direitos sociais. Durante esse processo, o sujeito se apropria da linguagem falada e da escrita da língua materna, desenvolve o domínio de técnicas para a arte da escrita, consegue compreender o mundo e interpretar de forma contextualizada. Entretanto, as dificuldades com a alfabetização de crianças têm sido uma realidade presente na conjuntura da educação brasileira.

A preocupação em alfabetizar os/as alunos/as dos estabelecimentos públicos de ensino tornou-se maior com o vírus da Covid-19, em que todas as pessoas tiveram que ficar confinadas dentro de suas casas. A pandemia agravou desigualdades e expôs fragilidades nos sistemas de ensino, principalmente, o público. Essa realidade se reflete, diariamente, no ambiente escolar, onde é possível encontrar alunos/as do Ensino Fundamental- anos iniciais que não dominam plenamente as habilidades da leitura e da escrita.

Ainda que existam inúmeras pesquisas, diretrizes e documentos, como a BNCC — que orienta as habilidades específicas esperadas para cada ano de escolaridade —, é perceptível que muitos alunos e alunas não conseguem desenvolver as proficiências desejadas. As dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização continuam sendo um desafio real nas salas de aula dos anos iniciais e anos finais.

Esses entraves, que persistem mesmo diante de tantos estudos, apontam para lacunas que vão além de questões sociais ou sociolinguísticas. Elas envolvem também a prática pedagógica cotidiana, as condições estruturais das escolas e, especialmente, os processos formativos dos professores. Ou seja, não se trata apenas de ausência de políticas, mas da eficácia e do alcance dessas ações na realidade concreta da escola pública.

Os dados do SAEB 2023, divulgados por instituições como o MEC, INEP, IDAEB e IDEB, reforçam essa preocupação. Em nível nacional, nos anos iniciais da rede pública, a nota padronizada foi de 5,91, o que representa uma queda de -0,11 em relação a 2019. Na Bahia, a nota foi de 4,9, com leve variação de 0,1. De modo geral, os resultados apontam



para uma queda no desempenho dos estudantes em todas as etapas do ensino, se comparados aos dados de 2019.

Nos anos iniciais, por exemplo, a nota caiu de 6,9 para 5,91 — um recuo que abrange tanto a área de Língua Portuguesa quanto a de Matemática. Isso evidencia que os problemas não estão concentrados em um componente específico, mas refletem uma situação mais ampla de fragilidade na aprendizagem.

Esses dados e observações reforçam a necessidade de refletirmos, com profundidade, sobre as práticas que têm sido adotadas e sobre como as políticas educacionais vêm sendo efetivadas no chão da escola. A alfabetização, enquanto direito fundamental, exige muito mais do que documentos normativos: exige investimento real na formação docente, em condições de trabalho e em propostas pedagógicas que respeitem os tempos e os contextos de aprendizagem das crianças.

Diante dessa circunstância, esta discussão teórica tem como objetivo discorrer sobre os fatores que influenciam negativamente o processo de alfabetização, com base nas contribuições dos teóricos e evidências empíricas, compreendendo os obstáculos enfrentados pelos sujeitos em formação e as possíveis alternativas para superá-los.

Na concepção freiriana, a alfabetização é a possibilidade de oportunidade através do conhecimento de mundo, de cultura, e, por conseguinte da transformação social do sujeito. Trata-se de um ato civilizatório, inclusivo, participativo, em que o indivíduo é capaz de explicar, problematizar, agir com autonomia e transformar o contexto social para uma educação equitativa. É construída por meio da aprendizagem de vocábulos e fonemas. Além de, dignificar o ser humano em todas as suas dimensões tanto na infância quanto na vida adulta. (Freire, 1987).

Para tanto, compreende-se, então, que alfabetizar não é apenas ensinar a decodificar e codificar, mas sim estimular práticas sociais significativas. Uma alfabetização libertadora, dialógica, problematizadora e, sobretudo, emancipatória. “Ao objetivar seu mundo, o alfabetizando nele reencontra-se com os outros e nos outros, companheiros de seu pequeno círculo de cultura”. (Freire, 1987, p.6.).

Nesse mesmo horizonte, Kleiman (2008, p. 18) afirma: “outro argumento que



justifica o uso do termo em vez da tradicional “alfabetização” está no fato de que, em certas classes sociais, as crianças são letradas, no sentido de possuírem estratégias orais letradas, antes mesmo de serem alfabetizadas”.

Como assinala Soares (2011), seguimos sem respostas conclusivas para o insucesso escolar no processo de alfabetização. Os motivos parecem escapar por entre os dedos. Em diferentes momentos, o foco se desloca: ora se culpa o material didático, ora os métodos de ensino, os professores, ou mesmo a própria docência. Mas será que estamos, de fato, olhando para o essencial?

Essa mudança constante de direção fragiliza o debate e dificulta a construção de respostas coletivas e duradouras. Porque alfabetizar não é apenas ensinar a ler e escrever; é também reconhecer histórias, afetos e realidades que atravessam o processo de aprender. Os dados continuam aparecendo compreensões distintas sobre o que significa alfabetizar, e isso revelam o quanto ainda estamos distantes de um entendimento comum que realmente considere os sujeitos envolvidos nesse processo.

Soares (2021) afirma que o poder público preocupa com os resultados de fracasso, faz avaliações periódicas para a constatação do problema, analisa possibilidades, propõe novas políticas para essas situações do analfabetismo, mas tudo acaba suspenso. “Implantam-se políticas de formação de alfabetizadores, canceladas e substituídas a cada gestão nacional, estadual ou municipal”. (Soares, 2021, p.10).

Muitas políticas públicas foram criadas, entretanto, destacamos algumas: o Programa Brasil Alfabetizado, criado no ano de 2003, que proporciona recursos para formação de professores alfabetizadores, iniciativa justa, pois para que uma política possa desenvolver com resultados positivos, é preciso da participação dos principais envolvidos neste contexto, os professores/as, haja vista que eles/as são conhecedores/as, verdadeiramente, do desafio escolar e perpetuam o chão da sala de aula, ademais, o investimento no material didático e ajuda no campo logístico.

Da mesma forma, o programa de formação de professores/as, o PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um programa do Ministério da Educação (MEC), criado no ano de 2012, que garante a alfabetização dos alunos até os oito anos de



idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, infelizmente, uma política da descontinuidade. Tem pacto com a União dos Dirigentes Municipais de Educação UNDIME, Conselho Nacional de Secretários/as da Educação CONSED e participação de universidades públicas, redes de ensino e secretaria estadual.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) foi constituída pelo decreto nº 9.765/2019. Traz como proposta a melhoria da alfabetização para redução do analfabetismo e alfabetização até os oito anos de idade. Criado no ano de 2019 e suprimido no ano de 2022. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada CNCA garante a alfabetização de crianças até o término do 2º ano do Ensino Fundamental- anos iniciais. Criado no ano de 2023. Tem o objetivo de alfabetizar as crianças através das plataformas de avaliações formativas e diagnósticas. Formação de professores/as e disponibilidade de material didático. Esse panorama das políticas públicas descontínuas reforçam que a perspectiva freiriana é relevante ao afirmar que a alfabetização não pode ser apenas o processo da codificação e decodificação das palavras, mas sim um ato transformador na vida do sujeito.

A linguagem não pode ser compreendida apenas a partir de um código restrito ou superficial. Tradicionalmente, considerava-se alfabetizado o indivíduo que era capaz de assinar o nome e redigir pequenos textos. Atualmente, no entanto, a alfabetização e o letramento devem estar intrinsecamente ligados às práticas sociais, extrapolando a mera decodificação de signos linguísticos. Nesse sentido, “alfabetizar letrando, ou letrar alfabetizando, é o recomendável e esperado” (Bahia, 2021, p. 151).

Conforme destaca o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), não basta que os estudantes apenas memorizem as 26 letras do alfabeto; é necessário que compreendam os diferentes contextos de uso da linguagem e se apropriem das práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. “Portanto, os alunos precisam aprender a lidar com os instrumentos de avaliações diversos (provas, seminários, projetos, pesquisas, debates, relatórios, resumos, etc.). (DCRB, 151).

Infelizmente, o cenário atual ainda continua caótico e não permite mais silêncios ou adiamentos. É urgente repensar políticas e práticas que, de fato, dialoguem com a realidade das escolas e significativo e emancipador.



A compreensão dos desafios relacionados à alfabetização e ao letramento no sistema público de ensino brasileiro requer mais do que uma leitura metodológica — exige um olhar sensível e atento às práticas pedagógicas construídas em meio a resistências, ausências e contradições. Assim, neste tópico, propomos uma apreciação crítica de estudos que, a partir de diferentes conceitos, abordagens teóricas e metodológicas, evidenciam aspectos relevantes no processo de construção da leitura e da escrita. Para embasamento teórico e metodológico, temos: Silva e Morais (2023), Zappone, Sousa e Sousa (2023), Neto e Oliveira (2023) e Petreça, Crippa e Dassie-Leite (2023). Em comum, os trabalhos trazem à tona a importância da leitura e da escrita como práticas sociais, atravessadas por contextos culturais, afetivos e estruturais. Ao aproximar esses olhares, buscamos evidenciar o quanto a alfabetização, mais do que uma técnica, é um compromisso ético, coletivo e situado — que exige da escola, da família e dos/as professores/as não apenas presença, mas escuta formação e engajamento político.

Silva e Morais (2023) trazem como propósito em seus estudos, a investigação do processo de construção da leitura e da escrita, apresentando-se de maneira concisa a proposta da Base Nacional Curricular e a sua exigência enquanto norma orientadora para a formação integral do sujeito.

Por meio de um estudo de caso, com características etnográficas, analisa alguns pontos, tais como: os desafios encontrados pelos/as docentes, bem como pelos/as estudantes, deixando evidente as práticas pedagógicas desenvolvidas no processo de alfabetização. Apresentam, dialogicamente, a leitura e a escrita como uma prática social, isto é, não podem ser limitadas apenas à codificação e à decodificação de signos, mas sim uma construção crítica, interativa com o seu contexto sociocultural.

Além disso, mostram que o processo de alfabetização não ocorre de forma homogênea, uma vez que os alunos/as são oriundos/as de realidades distintas. Todos os aspectos contam como fatores: a participação da família junto à escola, o capital cultural, a questão socioeconômica que influencia diretamente no ensino aprendizagem da criança. Não menos importante e de relevância, a prática do/a professor (a), pois, infelizmente, muitos ainda possuem lacunas na sua formação inicial e/ ou a ausência de uma formação continuada



e tampouco contextualizada. Definem ainda o conceito de alfabetização como aquisição e domínio da leitura e escrita, enquanto o letramento refere-se à funcionalidade dessas habilidades no uso linguagem escrita.

A leitura e a escrita fazem parte de um processo paulatino e gradual, além de social. Para que aconteça com excelência depende de um tripé indispensável: escola, família e professores/as, os/as quais devem atuar de forma integrada, corroborando de maneira formativa no ambiente educacional, sem deixar, claro, a valorização das experiências prévias dos alunos/as.

Segundo Zappone, Sousa e Sousa (2023), que fizeram um estudo com aporte teórico na autora Shirley Heath (1982), verificaram uma análise sobre a prática da leitura de histórias antes do sono, apontando sua influência positiva no desempenho escolar das crianças. Afirmam que essa prática pode ser aplicada a todas as crianças, independentemente, de seu contexto sociocultural e econômico.

Os resultados de uma pesquisa feita com três grupos bastante diferentes entre si: um formado por famílias de classe média com alta escolarização; outro também de classe média, mas com baixa escolarização; e um terceiro, minoritário, composto por famílias de baixa renda e com baixo nível de escolaridade. Mostraram que, apesar de seguirem caminhos distintos, os dois primeiros grupos conseguiram apoiar o letramento dos filhos com sucesso. Já o terceiro grupo enfrentou mais dificuldades, não alcançando os mesmos resultados. Isso confirma um ponto levantado pela autora: embora muitos associem a classe média a um maior desenvolvimento no letramento infantil, essa condição, por si só, não garante o sucesso nesse processo.

A escrita evidencia que a escola deve corroborar para preencher essas lacunas com o letramento, pois muitas delas não são trabalhadas no contexto familiar, principalmente, quando esses grupos estão na vulnerabilidade. Através dos dados empíricos, ficou comprovado que 85% dos participantes entrevistados acham importante a contação de histórias para o bom desenvolvimento das habilidades socioemocionais, cognitivas e linguísticas do sujeito. Zappone, Sousa e Sousa (2023).



Ressaltando ainda a definição de letramento como uma prática social, diferenciando-o do conceito de alfabetização. Infelizmente, muitas crianças têm o primeiro contato com a leitura apenas no ambiente escolar. Nesse contexto, a contação de histórias deve ser utilizada como estratégia para estimular o gosto pela leitura e preparar as crianças para a imersão no universo letrado, favorecendo, assim, seus avanços no processo de escolarização. Além dos os/as autores/as destacam a importância dos letramentos adquiridos no contexto familiar, os quais contribuem, significativamente, para o acesso ao conhecimento e à formação integral dos alunos/as.

Neto e Oliveira (2023) discutem o importante papel da leitura e da escrita na Educação Infantil como pilar relevante para o desenvolvimento em todas as dimensões para a vida da criança. Apresentam informações que validam a importância da participação ativa da escola e da família para que promovam e construam uma educação equitativa e voltada às necessidades individuais dos alunos.

É perceptível que o estudo apresenta um perfil qualitativo e bibliográfico, uma vez que realiza uma análise sobre como os professores/as desenvolvem suas práticas pedagógicas e metodologias voltadas para o estímulo à aprendizagem. Entre essas estratégias, destacam-se a contação de histórias e o uso de livros infantis com imagens ilustrativas, os quais se mostram como caminhos eficientes e ricos em possibilidades para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e linguísticas das crianças.

Destaca que tanto a leitura quanto a escrita são consideradas práticas sociais, uma vez que o indivíduo possui uma bagagem de conhecimentos adquiridos em seu contexto cultural. Além disso, o estudo faz referência à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como instrumento normativo que regula o processo de alfabetização, com suas diretrizes e preceitos orientadores. Enfim, a proposta do texto é mostrar que o professor/a, através de recursos didáticos, metodologias inovadoras com a pretensão de tornar o ensino- aprendizagem mais eficiente e adaptado ao contexto de cada criança.

Segundo Petreça, Crippa e Dassie-Leite (2023) as dificuldades correlacionadas ao transtorno de aprendizagem TA e ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade TDAH influenciam diretamente no baixo desempenho escolar. Presente, evidentemente, nos



primeiros anos da educação formal. O desempenho escolar afeta várias categorias, tais como: a economia, a intervenção- que poderá ser tardia e ineficiente e na qualidade de vida do indivíduo. O trabalho dividiu as habilidades linguísticas em três esferas: vocabulário, sistema fonológico e fluência verbal (Michelin et al, 2017), habilidades auditivas- ligadas ao processamento auditivo central (Souza et al, 2019) e habilidades de processamento, como a consciência fonológica, nomeação automática rápida e memória de trabalho fonológico (Rosa et al, 2016, Silva Júnior et al, 2019, Souza et al, 2019).

O estudo descreveu e utilizou as habilidades preditoras da leitura e da escrita para a compreensão das dificuldades de aprendizagem de escolares de 1º e 2º anos dos anos iniciais. A pesquisa tem um caráter de estudo observacional e quantitativo. Foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos e os participantes tiveram autorização dos pais/responsáveis. A observação analisou 68 alunos/as que possuíam dificuldades nas habilidades de leitura e escrita. Alunos/as matriculados/as nos 1º e 2º anos dos anos iniciais. Foram feitos dois grupos, sendo o 1º de crianças que possuíam dificuldades e o 2º de crianças que não tinham dificuldades. Para a avaliação dos testes, os pesquisadores/as contaram com o auxílio de uma fonoaudióloga pesquisadora e todas as avaliações foram sistematizadas.

Após a análise, os testes mostraram que os alunos/as com maiores dificuldades apresentam um baixo desenvolvimento em nomear automaticamente e com agilidade, possuem baixa memória de trabalho fonológico e de consciência fonológica, memória de ordem fonológica, memória de ordens simples e memórias de sons verbais com lacunas, vocabulário expressivo, fluência verbal fonológica deficitárias. Porém, no que diz respeito às habilidades da percepção auditiva tanto o grupo I quanto o II não apresentam diferenças significativas. Esses indicadores são importantes, pois a partir deles se tornará possível um plano de intervenção e possibilidades de diagnósticos precisos e ações pedagógicas que sejam capazes de suprir as necessidades dos alunos/as.

Diante disso, pesquisas recentes mostram que o processo de alfabetização deve ser entendido como uma prática social, que ultrapassa a superficial decodificação de signos e envolve os contextos sócio- históricos dos sujeitos, bem como a participação da família em



conjunto com a escola e os professores (Silva Morais, 2023; Zappone; Sousa; Sousa, 2023; Neto; Oliveira, 2023).

Nesse contexto, a contação de histórias emerge como estratégia eficiente para o desenvolvimento linguístico do sujeito, independentemente de sua origem e realidade social (Zappone; Sousa; Sousa, 2023). Além disso, transtornos como o TA e o TDAH impactam, diretamente, no desempenho escolar, o que reforça a importância de intervenções psicopedagógicas capazes de identificar e trabalhar as habilidades preditoras da leitura e da escrita, promovendo uma educação equitativa, inclusiva e eficaz (Petreça; Crippa; Dassie-Leite, 2023). Por fim, documentos como a BNCC e o DCRB cumprem o papel de orientar essas práticas pedagógicas, reconhecendo e valorizando os conhecimentos prévios e as experiências dos alunos.

Esta pesquisa teve como finalidade provocar uma reflexão crítica acerca das lacunas presentes nas habilidades leitora e escritora de alunos/as em processo de alfabetização, com foco nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. A análise de conteúdo, baseada em um recorte temporal compreendido entre os anos de 2023 a 2025, possibilitou a construção de um panorama atual sobre a temática. Observou-se que, embora existam preceitos normativos como a Base Nacional Comum Curricular e diversas políticas públicas voltadas à alfabetização, os desafios ainda se fazem latentes e persistem de forma expressiva no cotidiano escolar.

Os resultados mostram que fatores como a condição socioeconômica das famílias, o enfraquecimento dos vínculos familiares e a descontinuidade de políticas públicas comprometem significativamente o processo de alfabetização dos sujeitos. A realidade educacional exige, portanto, o fortalecimento de práticas pedagógicas eficazes, ações de formação docente contínua e políticas comprometidas com a permanência e a equidade, a fim de garantir que todas as crianças tenham o direito assegurado à alfabetização plena, crítica e transformadora.

Referências



BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAHIA (Estado). **Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB: Etapa Ensino Fundamental – Anos Iniciais**. Salvador: UNDIME/BA, 2021.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **Como se faz uma tese**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

KLEIMAN, Ângela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: TFOUNI, Leda Verdiani (org.). **Letramento e escolarização**. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 15-31.

MICHELIN, Carolina Pizzolato et al. **Habilidades preditoras da leitura e escrita: uma revisão integrativa da literatura**. Revista CEFAC, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 247-259, mar./abr. 2017.

MOROSINI, Marília Costa. **Pesquisa documental: análise e abordagem**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PUC-RS, 2015. Anais [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

MOTTA-ROTH, Désirée; RENGERS, Rosimeri da Silva. A redação de resumos científicos: um gênero interativo. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D.; BONINI, A. (org.). **Gêneros: teorias, métodos e debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 153-180.

PETREÇA, Renata Henrique; CRIPPA, Ana Chrystina de Souza; DASSIE-LEITE, Ana Paula. **Habilidades preditoras da leitura e escrita em escolares do 1º e 2º ano do Ensino**

ROSA, Neide Aparecida; et al. **Memória de trabalho e consciência fonológica como preditores da aprendizagem da leitura e escrita**. Estudos de Psicologia (Natal), v. 21, n. 4, p. 367-376, 2016.



SILVA, Anne Emanuelle de O.; SANTOS, Adriano Christian Reis dos; MORAIS, Renata Alves do Nascimento. **A construção da leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Revista Eletrônica de Educação, v. 18, n. 1, p. 101-118, 2024.

SILVA JÚNIOR, Aurino; et al. Memória de trabalho e leitura: uma análise de escolares brasileiros com dificuldades de aprendizagem. Revista Psicopedagogia, v. 36, n. 109, p. 18-26, 2019.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Magda Becker. **Letramento: um tema em três gêneros**. 25. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SOARES, Magda Becker. **A alfabetização no Brasil: um balanço de políticas e práticas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 51, n. 180, p. 1-20, 2021.

SOUZA, Amanda S. et al. **Habilidades auditivas e desempenho em leitura e escrita de escolares do 2º ao 5º ano do ensino fundamental**. Revista CEFAC, São Paulo, v. 21, n. 4, p. e3218, 2019.

ZAPPONE, Mirian Hisa e Yaegashi; SOUSA, Thais Fernanda de; SOUSA, Isabelly Oliveira Fernandes de. **Contação de histórias: contribuições da leitura de textos literários para o letramento**. Revista Educação e Linguagens, v. 9, n. 2, p. 44-58, 2023.